

Realizou-se no dia 5 uma reunião de candidatos a bolsa de estudo dos Serviços Sociais, onde depois de se apreciar a resolução tomada pelo MEC e pelo Reitor, de conceder 5 mil contos de subsídios para este ano lectivo, e depois de se concluir que tal verba de modo algum bastaria para cobrir as necessidades dos estudantes candidatos, discutiram os presentes as medidas a adoptar para exigir do Governo mais dinheiro sendo aprovada a seguinte proposta:

"Considerando:

- 1- Que a classe dominante, a burguesia, pretende também lançar as consequências da crise em que se encontra sobre os estudantes;
- 2- Que já é tempo de resolvermos este processo que se arrasta desde longo tempo;

PROPÕE-SE:

- 1- Exigir do Governo o dinheiro que se acha necessário depois de feito o orçamento;
- 2- Que aqui se constitua uma Comissão Ampla, aberta a todos os estudentes interessados, como modo de nos organizarmos para a luta;
- 3- Que nos unamos firmemente nessa Comissão Ampla;
- 4- Que seja convocada uma concentração de estudantes nos Garais para informar o Reitor das deicções dos bolseiros e para apoiar a sua posição e luta que será divulgada pela Comissão através de comunicados
- 5- Que se o nosso justo objectivo não for concedido no prazo de oito dias, que todos os estudantes implicados neste processo comecem a comer gratuitamente na cantina."

Aprovou-se ainda a seguinte proposta:

"Que os cinco mil contos existentes sejam imediatamente distribuidos proporcionalmente às necessidades por todos os bolseiros até onde chegar, independentemente dos meses a conceder."

A atribuição imediata da totalidade do dinheiro existente pagando-se os meses que forem possíveis, pretende que não haja estudantes com bolsa garantida até final do ano podendo, por este facto, deixarem de contribuir com toda a sua força na reivindicação de mais dinheiro que é absolutamente necessario para satisfazer os casos embora não terrivelmente necessitados, no entanto são também bastante necessitados.

Outra proposta aprovada fixou dois quantitativos a atribuir:

"--Escala dos casos urgentes- 2500\$00

--Escala dos necessitados em geral- 1500\$00."

Tomando como pontos de referência estes dois quantitativos, a Assembleia delegou competência à Comissão de Bolseiros para estruturar outras escalões inferiores ou superiores ao geral, conforme as necessidades concretas apuradas. A concessão de bolsas tem efeitos retroactivos a partir de Outubro.

A COMISSÃO DE BOLSAS